

# LIBERALISMO, CRISE E INFORMAÇÃO: EM BUSCA DE UM FIO CONDUTOR

Rogério Cruz<sup>1</sup>

## 1. Proposta de trabalho

O início dos anos 80 é tido como um marco no 'retorno' às idéias liberais. Nos Estados Unidos, com o aparecimento de Reagan, e, na Inglaterra, sob o comando do governo Thatcher. E, com essas idéias liberais, no plano econômico, volta à cena, a idéia de livre mercado funcionando como mecanismo de regulação da sociedade capitalista, feita em substituição à idéia de que a regulação econômica deveria se dar mediante intervenção do Governo.

Esta, por sua vez, numa prática que inspirou as ações de re-organização da economia mundial pós-30, foram inspiradas sobretudo em KEYNES a quem se deve também a idéia de pleno-emprego que vigorou logo após a Segunda Guerra Mundial. De modo que, de modo subjacente está posto com certa ênfase, o debate liberalismo versus intervencionismo, que, aliás, acompanha a própria história do capitalismo no presente século.

No início dos anos 90, o mundo se dá conta da emergência da globalização das economias. E, sob esse mesmo movimento do capital a nível mundial, há a recente crise mexicana, a elevação dos juros norte-americanos, crises cambiais que pipocam em vários países, concretas desse processo. Globalização caracterizada, dentre outros fenômenos, por um forte questionamento com relação às ações dos Estados Nacionais, por mudanças substanciais no comércio

---

(1) Professor do Departamento Economia/UFRN e Doutorando do Instituto de Economia/Unicamp.

internacional, que constróem uma ordem diversa daquela proposta em Bretton Woods, há cinquenta anos.

A partir desta perspectiva concreta de análise, estas notas pretendem discutir o que pode significar essa retomada das idéias liberais, especificamente, no campo econômico, em meio a uma situação de crise das explicações teóricas tradicionais, e, a um nível apenas e tão somente introdutório, lançar algumas questões acerca da problemática da informação, sob esse contexto de liberalismo e de crise.

## **2. O pensamento dos economistas clássicos: o liberalismo em suas origens**

Hoje, discutir o pensamento dos economistas clássicos - Quesnay, Turgot, Smith, Ricardo, dentre outros -, assumidos como mentores do pensamento liberal, pode significar tão somente um tributo aos mestres primeiros. (Consulte-se, a este respeito, NAPOLEONI, 1978). Mas, pode também expressar um convite à capacidade criadora e crítica, na medida em que esses autores podem contribuir, ainda que parcialmente, para pensar a economia dos dias atuais; senão teoricamente, aos menos como expressão de ideologia. Esta discussão, aliás, é de suma importância porque permite identificar quando se faz ciência e quando se faz ideologia.

Sob essa perspectiva de análise, cabe perguntar quais eram as características da ciência econômica "clássica" à época de sua formulação? E, se essas características se amoldam aos caracteres do mundo atual?

O fato principal, e talvez mais interessante na Economia Política Clássica, é que ela nasce com um compromisso: entender os temas atuais. Insere-se num mundo marcado pelo comércio, leia-se um processo expansivo de mercantilização das relações sociais, onde, a prática usual é "comprar barato e vender mais caro" (tal como foi posteriormente definido por MARX). E é sob essa mercantilização das esferas da vida que os teóricos clássicos vêem o mundo: a partir dos indivíduos, que são movidos por interesses racionais, na busca de bem estar social, em que o principal impulso humano, dessa época, é o da aquisição, a fim de se obter uma riqueza máxima.

Portanto, é uma teorização acerca do indivíduo racional que age em benefício próprio, prioritariamente, em relação aos interesses da sociedade. Ações de benevolência, por exemplo, se voltavam para si, não para o outro. De outra parte, essa doutrina estabelece vínculos com o geral, ao apregoar que esse "egoísmo benéfico", ao trazer a prosperidade individual, traria também a prosperidade do Estado.

Em linhas gerais, há a concepção de uma "ordem natural" onde o funcionamento da sociedade se faz pelo movimento autônomo e "livre" dos agentes, num mercado auto-regulado. Ou, como dizia SMITH, "é cada um para si e a mão invisível resolve o resto dos problemas coletivos".

E onde está a relevância dessas idéias nos dias atuais? Em que medida o referencial teórico da economia clássica pode ajudar a pensar a realidade tal como está posta nos dias de hoje?

Os fatos, nos dias correntes, apontam, por um lado, para uma derrota do socialismo real. A hegemonia do discurso, então, tudo indica, pertence ao modelo econômico e político liberal. FUKUYAMA, ideólogo do liberalismo, ao refletir sob os dias atuais, apregoa que se esteja vivendo num mundo de liberdade e mercado. Mas, o que isso significa? É isso que ocorre na realidade?

A rigor, as massas também estão presentes no mercado. Até mesmo os miseráveis, ali comparecem. Aliás, até cabe a pergunta: haveria outro jeito de saciar suas necessidades, fora do mercado? Evidentemente que não. Então, esse mesmo indivíduo massificado tem comportamentos e atitudes similares a de outro indivíduo situado a milhares de quilômetros dali, que também recebe as mesmas influências e toma decisões de consumo parecidas. Uma aldeia global quiçá.

Entretanto, a forma como se dá, para o indivíduo, o acesso ao mercado, se há ou não níveis de vida socialmente condizentes sob o propalado mercado auto-regulado, é um ponto muito discutível. Talvez haja sim, uma difusão do mercado, como nunca visto. Só que, no mundo das mercadorias, só participa do mercado quem tem poder de compra. Esta é a condição necessária e suficiente para o exercício da cidadania; leia-se para se tomar um consumidor, que se apresenta socialmente em função daquilo que tem, e não necessariamente daquilo que é.

De outro modo, os fatos da realidade mundial, estampada principalmente nos anos 90, apontam para uma re-organização da atuação dos Estados Nacionais, que tem mudado a forma de sua capacidade regulatória, principalmente porque emergem novos atores na cena de poder mundial, tal como organizações de consumidores, os verdes, os grandes capitais multinacionais, dentre tantos. A evidência, hoje, na economia mundial aponta para um abandono do livre-comércio, os governos atuam de formas diversas sobre as economias, sobretudo as nações hegemônicas, muitas das vezes combinando estratégias com essas grandes empresas.

Na atualidade, uma continuidade da regulação governamental, pois não está descartada, até porque pode emergir assumindo outras formas, diferentes daquelas usuais do pós-Segunda Guerra, apesar do discurso liberal. Que, por seu turno, assume um duplo aspecto: de um lado, dessacraliza o Estado de seus concorrentes próximos, sacralizando seu próprio Estado Nacional, como gestor/organizador de capitais que atuam no seu espaço nacional.

Por exemplo: se encontra em processo de discussão, entre EUA e Estados Nacionais europeus, o estabelecimento de novas regras que regulem o comércio mundial, entre ambos. Em pauta, a nível do discurso, está colocado para ambos contendores, uma redução gradativa da atuação do Estado. Em especial, se discute, dentre outros temas, a viabilidade ou não de tarifas nacionais protetoras, a efetivação de regras de controle de qualidade de produtos, etc. Regras que, no limite, ainda escondem/se movem atreladas a interesses empresariais contidos nesses distintos Estados Nacionais. A este respeito, as divergências de posições entre Estados Unidos e Comunidade Econômica Européia, escamoteando a defesa de interesses próprios, podem ser ilustrativos, até porque o Estado não só tem aumentado sua participação nesses Estados Nacionais, como também porque trazem à baila a discussão intervencionismo versus liberalismo. Além disso, acrescenta-se as divergências internas existentes intra-países da Europa, que se colocam como constantes barreiras para a criação de uma comunidade européia. Também porque existem, em jogo, interesses econômicos/sociais/políticos defendidos pelos distintos Estados Nacionais, tal como ocorre, entre França e Alemanha, em torno de temas agrícolas, só para citar um dos inúmeros pontos das divergências.

Além disso, se nota também, através das estatísticas nacionais/mundiais, que há uma imensa desigualdade social existente em todo o mundo. Em outros termos, e tomando o mesmo sentido da problemática, parece que o essencial da presente crise está contido sobretudo nos aspectos financeiro e social, que estão muito interligados, e, notadamente, junto às economias do Terceiro Mundo. O tema da dívida externa é ilustrativo, neste ponto. Para estas economias, há um verdadeiro gargalo e uma ameaça constante à soberania nacional, quebrada gradativamente pela força dos grandes capitais multinacionais. Estes, muitas vezes, produzem planetariamente e muito mais do que muitos Estados Nacionais. Basta comparar o PIB de um país da América-Central, com o valor da produção mundial de uma multinacional do setor automobilístico. E mais: as trezentas maiores empresas mundiais dominam 25% dos ativos financeiros da economia mundial. Metade do investimento total do mundo é realizado pelas cem maiores empresas multinacionais.

Nesse quadro, portanto, parece que o produto dos pensadores originários - o discurso liberal - voltado para uma lógica de explicação social a partir do indivíduo, emerge das cinzas para defender mercado/liberdade. Isto explica tão somente ideologicamente, e não teoricamente, uma realidade capitalista do presente, muito transformada em relação ao que era na sua origem. Se isto for verdade, então, o discurso liberal como um todo é teoricamente inócuo, a não ser para referendar uma posição defendida pelas elites pertencentes à classe dominante, da qual se supõe faça parte o professor FUKUYAMA, que fala em nome dela, e para ela.

Deve-se mesmo admitir que o indivíduo tenha liberdade de ir e vir, em mercado. Tudo bem que se mova por um moto-próprio hedonista, maximizador de seus benefícios. Tudo pelo prazer, abaixo a dor, viva BENTHAM (MARX, 1983, cap 1.4).

Essa caracterização, a princípio pertinente dentro do modelo clássico de pensar, não necessariamente significa que o primado das decisões econômicas de vulto, ou seja, aquelas que decididamente determinam os rumos da sociedade estejam com o indivíduo. Pelo contrário. Este, massificado desde logo, pode decidir coisas triviais de seu dia a dia, tais como, o que vai comer, se vai ou não ao cinema dadas suas preferências/necessidades, se compra um livro ou se vai à biblioteca, que são decisões de gasto de um dado nível de renda. Só que, teoricamente, na linha de KEYNES/KALECKY,

o relevante, o essencial, sob o capitalismo, estaria com as decisões capitalistas que dizem respeito aos investimentos, um tipo de gasto também, mas não necessariamente com decisões de consumo. Aquelas, seriam principais, e estas, acessórias, a fim de explicar a dinâmica capitalista, em função da condução do processo de ampliação do capital.

Desse modo, as decisões mais importantes, na atualidade, são aquelas que movimentem/gestem significativos volumes de capital. E, nesse sentido, desafortunadamente, socialmente, concretamente, pode ser mais importante do ponto de vista da lógica do capital uma discussão acerca da determinação da taxa de juros de curto-prazo do que uma outra problemática que discuta aquisições de livros, junto à rede de bibliotecas públicas de um dado Estado da Federação.

Este fato, não tão distante da realidade, pode ser lido como uma evidência da 'coisificação' das pessoas em contraposição à atual 'personificação' das coisas. E, nesse sentido, entender esse processo desde sua essência é voltar a MARX, que fez a crítica dos autores clássicos. Ou, parece, nesse sentido, que as coisas que se dizem, não são bem assim. Apesar do discurso liberal, a prática guarda segredos nem sempre desconhecidos. É verdade que hoje a realidade pode conter rupturas, tipo geradas pelo progresso técnico, mas, às costas disso, estão as relações sociais. O capital nega o trabalho. Mas, internamente contempla até que com certa perplexidade seu incessante confronto consigo mesmo, concorrência entre suas diversas frações, na busca dos mesmos objetivos de lucro, esta sua real dinâmica, que, salvo melhor juízo, comanda a dinâmica de toda sociedade. A despeito do que digam dela. Ou, num ligeiro contato com a realidade financeira dos dias de hoje, pode-se notar que a ordem que se molda está muito desenvolvida em relação àquele capitalismo visualizado/vivido pelos autores clássicos. Se a realidade mudou, por que não afeiçoar uma teoria a ela para explicá-la? Por que insistir em teorias que se defasaram no tempo, ainda que contenham aspectos relevantes?

Assim, voltando à questão da realidade, e tomando-a numa perspectiva mais globalizante, mais abstrata, pode-se assumir que o capitalismo vive a hegemonia dos grandes conglomerados. É concretamente a fase de muitas e grandes fusões inter-capitais. O que teoricamente se traduz na fase da união das categorias teóricas lucro e juro.

Entretanto, do ponto de vista do discurso liberal, as questões presentes são: individualismo, utilitarismo, liberalismo. A ordem, a harmonia de interesses, está dada na concorrência entre indivíduos. O relevante, portanto, no pensamento liberal, seria dizer que, o indivíduo tem uma dada determinação sobre a ordem social. Mas, aceitar isso, nos dias atuais, só pode ser a partir de caracteres marginais, portanto, desde logo salientando suas limitações, tais como as expostas anteriormente.

Assim, retomar aos pensadores clássicos, questioná-los, identificar lacunas, pode ser uma das muitas maneiras de ver a sociedade, identificando o que de real se esconde por trás das falas existentes sobre essa sociedade. Discursos, que aliás estão muito presentes no momento.

Pois, se a opção de entendimento social for partir da compreensão do indivíduo racional, hedonista, a trajetória esboçada pelos clássicos pode ser um caminho socialmente legítimo, porquanto detém a simpatia de expressivos segmentos da sociedade, muitas vezes detentores de um poder advindo pelo comando de riqueza que detém. Isto, apesar das limitações teóricas que foram apontadas, e até mesmo apesar de ser um discurso ideológico. Os que assim fazem se permitem ver a realidade pelo caminho da economia clássica, pela via liberal, por suas preferências ideológicas/políticas, seguem uma dada trilha teórica.

De modo que, as limitações teóricas podem ser evidentes. Por exemplo, quando se procura responder, sob a perspectiva da economia clássica, questões atinentes à economia empresarial. Não basta dizer que os empresários vão tomar decisões hedonistas em busca de lucro máximo e a ordem social fica a cargo da mão invisível, com as ações do Estado restritas à segurança e justiça. Hoje, em proporções ampliadas pela dimensão social, a lógica das decisões capitalistas se faz sob incerteza, aspecto não tratado pelos clássicos, que, portanto, requer partir de KEYNES, autor da mais alta envergadura teórica para se discutir o movimento da economia monetária. Segundo SCHWARTZ, um conservador autocrítico que está tratando de temas de uma historicidade muito afinada com o desenrolar moderno do capitalismo, é o mundo das decisões de investimento, que ditam a reprodução da economia.

Mas, para entender a dinâmica econômica atual pode ser possível seguir um outro caminho, o da crítica da economia política.

A reflexão aqui contém uma maior dose de abstração, trabalha-se essencialmente com dados da realidade objetiva. Segue-se a trajetória do capital - uma contradição em processo (MAZZUCHELLI, 1985), ou seja, uma relação social que tende, teórica e historicamente, a negar as bases de sua valoração, qual seja, o trabalho vivo. Esta postura teórica pode trabalhar, por exemplo, com o tema da concentração/centralização do capital, na sua forma corrente, de riqueza financeirizada, o que, teoricamente, retorna a MARX/HILFERDING, e não aos clássicos.

Portanto, um retorno aos pensadores originários, tomados como ponto de partida de uma reflexão, pode ser uma busca que pode dar riqueza aos argumentos. Reconstruir uma trajetória teórica de um dado problema requer uma pertinência com o real. Nesse sentido, o pesquisador dos temas da sociedade, ao ter noção dos limites/possibilidades que cada postura teórica traz, pode/deve confrontar, a todo momento, o paradigma teórico da qual parte com o real em discussão, para poder caminhar com mais facilidade sobre as pedras. O que, aliás, não é pouco.

### 3. À GUIA DE DISCUSSÃO

Neste último item, se coloca em discussão, duas questões, a saber: a) será que o liberalismo é um mito? b) como se coloca, hoje, a questão da informação, em meio a essa realidade, que tem uma dinâmica não necessariamente explicada, mas justificada pelo liberalismo?

Inicialmente, partindo do pressuposto de que mito é uma idéia falsa, portanto, sem correspondência com a realidade, se deduz que: esse mito se sustenta enquanto ideologia e não enquanto teoria, ainda que apresente alguns aspectos pertinentes, entretanto não necessariamente centrais/básicos para explicar a sociedade capitalista; e, esta não é uma lacuna apenas do pensamento liberal, o que de certa forma não lhe outorga o direito de 'salvo-conduto', nem o 'dever' de ter que explicar o mundo real. Pelo contrário, há uma crise nas ciências e em seus poderes explicativos. Não que haja necessidade de que essa ciência esteja em harmonia constante com real. Não. Pode ser até que haja uma constante desarmonia, mas com maiores ou menores gradações. E, a crise pode se manifestar, ser melhor

percebida, quando essa diferença teoria/real assumem graus bastante significativos, por exemplo, ao assumir que o indivíduo é o principal condutor das ações sociais.

Em segundo lugar, se o liberalismo é um mito, cabe então indagar, como consegue se sustentar como discurso analítico, numa época em que a realidade objetiva o nega, desde o princípio, ainda que encontre motivos de existência na realidade subjetiva das pessoas?

A título de sugestão fica o registro: talvez porque é um discurso ideológico que atende a interesses hegemônicos, fortes na sociedade, que consegue impor um dado discurso teórico, fato que então só faria aprofundar a crise do pensamento enquanto instrumento de explicação da sociedade. Diante desses fatos decorrem pensamentos do tipo: na prática, a teoria é outra. Qual prática, qual teoria? Essa é que é a questão, caso se queira evitar a armadilha da mera repetição de uma frase que, em tese, reflete um saber pronto, definitivo e acabado. A realidade, pois, supõe-se, não seja assim, mas pode ser vista enquanto um objeto em constante movimento.

A respeito da informação, em meio à atual realidade concreta, caberia perguntar, o que é informação? Diz respeito a que? Como se veicula? Onde?

Para quê? Para quem se produz, como se distribui? Enfim, o tema, salvo melhor juízo, necessita buscar um fio condutor para sua discussão.

Nesse sentido, segundo a linha de discussão até aqui desenvolvida, sugere-se que um caminho possível venha a ser o de se construir senão uma economia política, ou até mesmo uma crítica da economia política da informação, ao menos trabalhar categorias concretas da realidade imediata, tendo em vista algumas proposições teóricas que possam começar a moldar um dado perfil teórico para o tema.

Para dar seqüência a essa idéia, toma-se, inicialmente, a categoria progresso técnico. E mais, suposto como uma arma em torno da qual se exercita a concorrência intra-capitalista. E, que encerre, ao nível de um capital particular, um segredo industrial, por exemplo.

A pergunta é a seguinte: por que o capitalista vai socializar essa informação, se isso é uma arma estratégica na consecução do

objetivo/lucro? Aqui, mais do que nunca, ele será um hedonista - para usar uma caracterização clássica -, acerca da propriedade da informação, cerceando sua divulgação. E mais: no real, o que se vê não é um capitalista tomando decisões em nome de uma firma típica individual, mas em nome de uma grande sociedade anônima. Ou, ordem natural? Qual?

Cabe qualificar, ainda, a existência de tipos de informação, a saber: uma, a que veicula o produto produzido por uma inovação industrial, por exemplo, outra, que a sociedade anônima não pode/nem deve veicular que são as condições que geraram uma dada invenção. Suponha-se que é muito importante divulgar um dado refrigerante, sem divulgar a fórmula como se faz, ainda que deva haver o registro de uma dada patente/propriedade industrial do bem.

Portanto, a informação em geral enquanto categoria teórica, mercadoria é coadjuvante de um processo: ela traz, em sua essência, não uma idéia, uma concepção em si mesma, mas é uma relação social, entre pessoas que interagem através dessa coisa, informação.

Do ponto de vista particular, dos agentes envolvidos no processo informacional, a informação - enquanto um ativo do qual se espera uma valorização - pode ser produzida, pode circular e se distribuir, ou não, entre outros coadjuvantes desse processo. Depende. Uma vez que isso pode ocorrer ou não, em função dos interesses que tenha seu proprietário, que a produz, ou que a obteve mediante compra de outrem. E, do mesmo modo, a faz circular para atingir outras pessoas, se entender que isso seja de seu interesse.

Portanto, o norte deste rumo, tudo indica, parece ser o fator econômico. A informação, então, do ponto de vista da economia política, seria tomada como um ativo, no qual os capitalistas investem com a expectativa de um retorno, que, mesmo sendo incerto, é acima de tudo, um gasto à espera de um ganho.

Em face do exposto, talvez fosse o caso de se conduzir a discussão posterior acerca da informação, atrelada a uma perspectiva teórica clara, crítica ou não crítica. Sob o ponto de vista do capital em particular ou do capital em geral.

Do ponto de vista crítico, por exemplo, poderia ser entendida como a expressão de um fetiche, pois esconde por trás de si relações sociais. Que relações são estas? Como se processam?

Ou, alternativamente, caminhar na direção de se desvendar as especificidades concretas, do ponto de vista dos agentes individuais que estão envolvidos com a informação. E, aqui, não caminhar no sentido dos clássicos vendo esses agentes como indivíduos, onde, por suposto, em concorrência, via informação consolidem um Estado harmônico moderno. Mas, trabalhar no sentido concreto de decisões capitalistas acerca da informação, ou seja, ver a informação como um ativo capitalista em que, pode ser, ou não, atrativo investir, dada uma rentabilidade esperada na aplicação de um dado volume de capital.

Em suma, fica a perspectiva de que é possível/necessário enfrentar a crise das explicações científicas, indo em busca de um 'fio condutor' - para tomar uma feliz expressão utilizada por MOSTAFA, num outro artigo que compõe este debate. E, esse fio condutor, independentemente, de pertencer a este ou aquele paradigma teórico, deve partir de um tema concreto, específico, abstraído mediante categorias de análise, que enfrentem um dado problema, para em seguida, tentar entendê-lo. Isto, permeado por suposições teóricas minimamente pertinentes.

Este pode ser um caminho de se poder caminhar sobre essas pedras - realidade/teoria -, sob a incerteza de que possa se construir, amanhã, um tema menos incógnito, mais resistente a ondas de modismo que passam por nossas academias. Essas ondas passam; as crises do entendimento até ficam porque a realidade tem se mantido desafiadora, dinâmica, progressiva, viva.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro, 1992.
- MARX, Karl. **O capital - crítica da economia política**. São Paulo, Abril, 1983.
- MAZZUCHELLI, Frederico. **A contradição em processo - o capitalismo e suas crises**. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- SCHWARTZ, Gilson. **Keynes**. São Paulo, Brasiliense, 1984. Encanto Radical